

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

**A CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS NO RIO
TOCANTINS - A EXPERIÊNCIA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS (UHE) SÃO
SALVADOR E LUIZ EDUARDO MAGALHÃES**

**FLÁVIO GONÇALVES DA SILVA SANTOS
(MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB)**

Orientadora: Daniele C. Pinheiro

RIO DE JANEIRO

2010

FLÁVIO GONÇALVES DA SILVA SANTOS

**A CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS NO RIO
TOCANTINS - A EXPERIÊNCIA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS (UHE) SÃO
SALVADOR E LUIZ EDUARDO MAGALHÃES**

Artigo apresentado como exigência parcial para a conclusão do curso de pós graduação Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Daniele C. Pinheiro
Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ

RIO DE JANEIRO

2010

RESUMO

O processo de construção de usinas hidrelétricas no Brasil possibilita estudos e análises sob diferentes propostas. Neste artigo procurou-se abordar os impactos ocasionados aos atingidos e a maneira como esses enfrentaram e estão enfrentando as conseqüências da construção de empreendimentos hidrelétricos no Estado do Tocantins, especialmente a realidade da Usina Hidrelétrica São Salvador. Outro aspecto interessante do texto, de fundamental importância, é a experiência do autor, possibilitando que o relato fosse feito a partir da lógica de quem viveu e participou diretamente, descrevendo como foi sua trajetória de lutas, sua inserção no Movimento de Atingidos por Barragens – MAB e quais os avanços e perspectivas a partir dessa vivência.

Palavras-chave: Geração de energia elétrica, grandes projetos, remanejamento populacional, e impactos sociais, impactos ambientais.

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	2
II O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO E O MODELO BASEADO NA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS - BREVES CONSIDERAÇÕES	3
III BARRAGENS E MOVIMENTOS SOCIAIS – CONFLITOS E CRÍTICAS AO MODELO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	5
• 3.1- MAB e região Norte: a atuação no Estado do Tocantins	5
IV OS CASOS DAS USINAS HIDRELÉTRICAS (UHE) LUIS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO SALVADOR	7
4.1- O processo de construção da UHE Luis Eduardo Magalhães	7
4.2 – O processo de construção da Usina Hidrelétrica de São Salvador	10
V IMPRESSÕES DE QUEM ACOMPANHOU E VIVENCIOU O PROCESSO	13
VI REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15
•	

• I INTRODUÇÃO

As alterações na dinâmica das relações sócio-culturais e políticas que as populações locais passaram a enfrentar em conseqüências da construção de empreendimentos hidrelétricos no Estado do Tocantins têm sido objeto de estudo de várias pesquisas, assim como do presente artigo.

Procurou-se analisar os fatores envolvidos no processo de remanejamento populacional enfocando, prioritariamente, os impactos sobre as populações remanejadas do meio rural.

O que se observou é que os custos sócio-econômicos e culturais para as famílias são altos, implicando no rompimento e alteração dos traços sociais, culturais e econômicos seculares, vez que as mesmas, via de regra, são deslocadas para áreas com características adversas em relação às de sua antiga moradia.

Este artigo também relata a experiência vivenciada pelo autor como sujeito diretamente atingido pela Usina Hidrelétrica (UHE) São Salvador, no Estado do Tocantins, sua inserção no Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e o processo decorrente disso, compreendendo as negociações e diferentes formas de relação estabelecidas com os demais sujeitos e com o empreendedor, a partir do Foro de negociação e das diversas ações desempenhadas conjuntamente.

- **II O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO E O MODELO BASEADO NA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS - BREVES CONSIDERAÇÕES**

A crise do setor energético vivenciada pelos brasileiros a partir do mês de junho de 2001, com ações severas de racionamento e corte, trouxe a política energética e a oferta de energia para o debate. A questão da energia elétrica, que antes era discutida apenas no âmbito governamental e pelos movimentos sociais organizados, tornou-se fato popular e divisor de opiniões.

Acerca do processo de produção de energia no Brasil afirma BERMANN:

A energia elétrica produzida a partir do aproveitamento hidráulico de determinado trecho de um rio, via de regra assegurado através da construção de uma barragem e da conseqüente formação de um reservatório, tem sido considerada uma alternativa energética renovável, entretanto, é com frequência que empreendimentos hidrelétricos tem se mostrado insustentável, no cenário internacional e particularmente no Brasil.(BERMANN; 2001, pp. 19-20)

A energia elétrica pode ser considerada como um bem importante e precioso para o desenvolvimento de todos os setores, e como tal, torna-se um bem imaterial e de uso comum do povo, devendo o acesso estar disponível a todos. Nesse sentido é que a discussão acerca da geração de energia torna-se necessária.

Pode-se considerar que atualmente diversos pesquisadores reúnem esforços no estudo e aperfeiçoamento de fontes energéticas alternativas. Entre as mais estudadas podemos destacar: a energia das marés¹, a energia eólica, a energia nuclear, a energia solar, a termelétrica, usina de biomassa, usina de briquetagem², reaproveitamento de pneus e demais fontes alternativas. Mas, como se sabe, a energia elétrica em nosso país é obtida principalmente através da geração em hidrelétricas, e imbuídas da lógica capitalista e reforçado pelo discurso de geração de energia limpa, barata e renovável.

É recorrente na literatura³ que a discussão da geração de energia elétrica iniciou-se nos anos 40 e 50, mas foi a partir dos anos 70 que as ações começaram a se intensificar, sobretudo

¹ Para a utilização da energia das marés constrói-se uma barragem para represar a água das marés, quando estas estiverem altas, propiciando que as águas entrem em queda, como nas usinas hidrelétricas.

² O processo de briquetagem é o aproveitamento e compactação de resíduos vegetais para uso de produção de energia.

³ Sobre o assunto, alguns texto estão disponível nos seguintes sítios: www.fcarajás.org.br, www.aondevamos.eng.br, www.dams.org . Também em cartilhas e outros materiais de formação produzidos pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

após a implantação do modelo de desenvolvimento do governo da época. É a era considerada do “milagre brasileiro”, período em que a economia ia bem e o povo mal, sofrendo com arrocho salarial, concentração de renda, urbanização acelerada e desordenada, dentre outros.

Foi nesse período que os grandes projetos hidrelétricos foram iniciados. Na citação a seguir, podemos comprovar esta afirmação.

Grandes usinas hidrelétricas começaram a ser construídas em todo o país. A energia gerada deveria sustentar a urbanização e industrialização aceleradas, que alimentavam o sonho propagandeado para as classes médias urbanas: fazer do Brasil uma grande potência. As grandes barragens eram usadas como símbolo da potência do país e do regime militar. E serviam também para fornecer energia barata para a exportação de produtos eletrointensivos, como o alumínio (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS; s/d.)

No início dos anos 1990, o governo federal resgata a discussão acerca do modelo privado de geração de energia elétrica e implementa uma política de privatização, incentivando a formação de consórcios de empresas privadas para a geração de energia elétrica. O programa de privatização iniciado no governo de Fernando Collor, foi mantido em sua essência pelos governos imediatamente sucessores – Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Neste viés de atuação, o governo cria o Plano Nacional de Desestatização⁴, cujo objetivo era a reordenação da posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada as atividades inadequadamente exploradas pelo setor público. Ao fazer isso, o Estado também repassava as responsabilidades e riscos advindos dessas atividades, principalmente com relação aos impactos ambientais e sociais gerados.

⁴ O PND foi criado pela lei nº 8.031 de 12/04/1990, esta lei foi posteriormente revogada e alterada pela lei nº 9.491 de 9/9/1997. Seus objetivos principais são: a reordenação da posição estratégica do Estado na economia, transferindo a à iniciativa privada atividades inadequadamente exploradas pelo setor público; contribuir para a reestruturação dos setores públicos e privados; contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais e permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental. Ainda com relação ao PND, no início dos anos 1990, começou um amplo processo de privatização no Brasil, primeiro houve a transferência do controle do setor siderúrgico, depois do petroquímico e mais recentemente dos serviços públicos como energia elétrica, telecomunicações, petróleo, construção de rodovias, abastecimento de água dentre outros.

- **III BARRAGENS E MOVIMENTOS SOCIAIS – CONFLITOS E CRÍTICAS AO MODELO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Os movimentos sociais surgem em meio a um contexto de contradições na sociedade capitalista, e envolve basicamente duas classes sociais: de um lado a burguesia e de outro o proletariado. Esses movimentos adquirem significativa importância no nível político, pois compreendem a organização e a prática dos setores populares em meio à criação de um novo projeto de sociedade.

A classificação de grupos populares tem sentido ambíguo, por isso torna-se necessário fazer uma especificação. Considera-se pertencente a esses grupos a maioria da população na sociedade que sofre exploração e dominação dos setores capitalistas, tais como: o operariado, o campesinato, os funcionários, os marginalizados, dentre outros. Eles elaboram conhecimento e idéias que se tornam instrumentos de luta pela conquista e valorização de seus direitos na sociedade. O descontentamento e as contradições proporcionam a união de esforços entre aqueles que compartilham da mesma situação de exploração e têm interesse em combatê-la, criando novas formas de se organizar e fortalecer a luta.

- **3.1- MAB e região Norte: a atuação no Estado do Tocantins**

Sem dúvida, a atuação do MAB tem sido muito rica em lutas e em vitórias por todo o país. Na região Norte pode-se considerar a atuação significativa do Movimento desde a década de 70, nas barragens de Tucuruí (PA), rio Tocantins; Balbina (AM), no rio Uatumã; Belo Monte/Juruá (PA), no rio Xingu; Babaquara (PA), também no rio Xingu; Cachoeira Porteira (PA), no rio Trombetas; e Ji-Paraná (RO), no rio Machado. E, mais especificamente, nas hidrelétricas em execução ou em operação na bacia Tocantins-Araguaia, como Serra da Mesa, São Salvador, Peixe e Lajeado no Estado do Tocantins.

Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens denuncia, a política energética adotada baseia-se num modelo de desenvolvimento que privilegia o crescimento econômico em detrimento da qualidade de vida da população.

No Estado do Tocantins, o MAB possui uma atuação significativa no processo de busca pela efetivação dos direitos dos atingidos. Mas, não foi sempre assim, o início foi difícil e precisou de muito esforço por parte das lideranças da época.

Como toda essa discussão é nova no estado, a UHE São Salvador é um dos empreendimentos pioneiros em se tratando de disponibilização e aplicação de recursos privados e públicos, as experiências e ações concretas foram sendo construídas aos poucos e até hoje estão sendo delineadas, com muito esforço e participação.

As representações sob a forma de lideranças e agentes mobilizadores foram se configurando aos poucos, em meio a um espaço já em construção, ou seja, quando os primeiros representantes⁵ chegaram ao Tocantins o processo de licitação já havia sido concluído e a construção da UHE Lajeado já havia se iniciado. Com isso, muitas negociações já haviam sido efetuadas e as famílias encontravam-se em situação de desmobilização e desinformação.

No início o MAB não tinha muita representatividade enquanto legítimo representante dos interesses das famílias atingidas frente ao empreendedor e era pouco conhecido pelas comunidades.

A situação descrita anteriormente pode ser refletida na seguinte fala: *o objetivo é sempre o de desqualificar a representatividade dos movimentos, buscando manter relações individualizadas com os atingidos*. Esta fala pode ser identificada em inúmeras reuniões realizadas com a participação das lideranças e representa o descontentamento frente à impossibilidade de discussões coletivas geradas desde o início do empreendimento

Como marco no Estado do Tocantins, pode-se considerar as manifestações públicas, as atuações conjuntas com ex-funcionários das dragas e outras populações impactadas que tiveram seus direitos violados. Os atingidos puderam contar com o apoio dos órgãos fiscalizadores na realização de inúmeras audiências públicas, além de ações diárias como negociações e participações garantidas nas diversas comissões e reuniões técnicas.

Esta luta não está sendo fácil, ela é construída cotidianamente nas derrotas e nas vitórias, mas com um objetivo principal: a construção de uma sociedade justa e igualitária onde haja distribuição equitativa das riquezas.

⁵ As primeiras lideranças do MAB no Tocantins vieram do sul do país e já dispunham de uma experiência de mobilização e organização dos atingidos para lutar por seus direitos, mas em um modelo estatal, em que as discussões e negociações se delinearão em um contexto um tanto diferenciado.

IV OS CASOS DAS USINAS HIDRELÉTRICAS (UHE) LUIS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO SALVADOR

4.1- O processo de construção da UHE Luis Eduardo Magalhães

De acordo com a observação empírica, percebe-se que o relacionamento do Movimento dos Atingidos por Barragens com o empreendedor nem sempre é muito fácil. A aceitação daqueles em um processo efetivo de negociações, “*em geral só tem acontecido após enormes mobilizações e, em alguns casos, com o bloqueio do trabalho da empresa e de suas empreiteiras na região da hidrelétrica*”⁶.(MAB; 1989, p.32)

A experiência de atuação do MAB no processo de construção da UHE Luis Eduardo Magalhães configurou um momento de profundo crescimento e aprendizado para todos os atores envolvidos, uma vez que desencadeou e atualmente desencadeia ações das mais diversas naturezas, tais como mobilizações, participações nos foros de negociação, dentre outras, como se verá adiante. Segundo o MAB, o empreendedor não tinha como interesse prioritário o reassentamento coletivo e mantinha relações individualizadas com as populações atingidas.

As ações do MAB na UHE Luis Eduardo Magalhães têm seu início em 1999, ano em que as obras já haviam se iniciado. As primeiras lideranças a atuar na região foram alguns membros da coordenação nacional e coordenador regional do MAB Tocantins, esses foram atingidos da UHE de Ita em Santa Catarina e Salto Caxias no Paraná.

A vinda de representantes do MAB para o Tocantins ocorreu após a realização de um seminário em 30 de outubro de 1998. O evento foi organizado pelo Comitê Indigenista Missionário (CIMI) e contou com a presença de membros da coordenação nacional do MAB. A presença desses militantes foi decisiva, a medida que a discussão foi levada para a coordenação do MAB em Cascavel, ressaltando a necessidade da atuação no Estado do Tocantins, visto que as obras já haviam se iniciado e as comunidades estavam sofrendo com a falta de informação e organização.

⁶ Esta definição encontra-se no relatório do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, intitulado “*Terra sim, barragens não*”, realizado em outubro de 1989.p.32.

As primeiras ações realizadas pelas lideranças recém-chegadas foram reuniões nas comunidades das populações ameaçadas, mobilizações, seminários, debates em escolas e na câmara de vereadores e o início da aproximação com os órgãos públicos⁷.

Como uma das ações mais significativas e resultante desse processo, pode ser considerada a construção de um espaço de discussão coletiva e aprofundamento, ou seja, as lideranças podiam participar das discussões, eram ouvidas. Diversas reuniões constituam esses espaços e que se configurou em meio à implantação dos reassentamentos – principalmente os de população rural – e os desdobramentos decorrentes.

De acordo com a observação empírica e tomando por base as falas dos atingidos em reuniões nas comunidades, é marcante o diferencial que se instalou após a participação ativa dos atingidos no processo de negociação e participação e na abertura de diálogo e respaldo por parte dos órgãos públicos. Este reconhecimento foi sendo conquistado ao longo da trajetória com importante destaque para o apoio dado pelo Ministério Público Estadual – sendo um dos atores que participou e participa ativamente desse processo. Inicialmente apenas como órgão fiscalizador e garantidor do cumprimento dos acordos pré-estabelecidos e atualmente de modo mais próximo, como defensor dos direitos dos atingidos enquanto coletividade, conforme sua missão institucional, e mediador das diversas situações geradas.

Outra situação de relevância na relação do MAB com o empreendedor – INVESTCO - foi a constituição de um grupo de discussão e deliberação denominado “comissão interinstitucional”. Como o próprio nome sugere foi uma comissão formada com representantes dos diversos atores envolvidos, sendo estes Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público Estadual - MPE, Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e INVESTCO. Esta comissão se tornou um foro legítimo de discussão e deliberação. As reuniões eram regulares e os mais diversos assuntos eram colocados em pauta. Como exemplo: as negociações, assistência técnica,

⁷ Segundo pesquisa bibliográfica, pode-se indicar como marco na atuação do Movimento as seguintes ações:

- 25 e 26 de junho de 1999, realização do II Seminário sobre a construção da UHE Lajeado, em Porto Nacional;
- 11 de setembro de 1999, realização de uma audiência pública com a presença expressiva da população atingida;
- 8 de dezembro de 1999, ocupação do escritório da empresa construtora da UHE, INVESTCO;
- 31 de janeiro de 2000, oficialização da comissão interinstitucional, com publicação no Diário Oficial nº 885 de 2 de fevereiro de 2000, mais adiante são feitas algumas observações sobre esta comissão.

acompanhamento, obras e tudo que interessava aos atingidos e era passível de discussão tornava-se pauta de debate das reuniões da comissão.

Sem dúvida, esta ação iniciou um processo de discussão e conquista de representatividade, diferenciado das situações anteriores. A partir daí o cenário propiciou o delineamento e o grau de inserção e abrangência vivenciado atualmente.

Cumprе ressaltar que um importante documento foi produzido por esta comissão e que proporcionou o início de um novo enfoque para as questões relacionadas aos atingidos. O documento denominado *Plano Emergencial* continha as primeiras aproximações para um processo legítimo e participativo. Este plano foi elaborado a partir de diversas discussões e continha as orientações para a assistência técnica no que se referia a realização da safra 2001/2002 nos reassentamentos. Sua vigência era de setembro de 2001 a junho de 2002. Além de diversas orientações para o trabalho técnico em campo, o principal enfoque era a elaboração de um Plano de Desenvolvimento para os reassentamentos, este deveria ser elaborado de acordo com a especificidade de cada reassentamento, tudo isso visando a sustentabilidade sócio-econômica das famílias reassentadas. Em seu escopo foram definidos diretrizes e procedimentos a serem tomados pelo empreendedor com relação aos reassentamentos rurais, com questões que variavam desde as orientações para o trabalho da assistência técnica, realização de plantio até a estrutura de participação das lideranças.

É certo afirmar que este documento não era nenhuma fórmula mágica e que se for analisado atualmente contém diversos equívocos, mas o que se chama a atenção é quanto à legitimidade e ao processo de construção e participação coletiva que se configurou a partir de então.

A lógica pensada para este Plano pode ser identificada de acordo com o seguinte pensamento do MAB.

O MAB entende que devemos buscar soluções que de fato melhorem a vida das pessoas. Não queremos soluções passageiras, que apenas ajudam as empresas a se livrarem do problema, mas não resolvem os problemas dos atingidos senão de forma temporária. Para alguns casos a solução é a terra, para outros a solução passa por ter escola para os filhos, para outros a solução é melhorar as estradas. Às vezes é necessário conseguir recursos para o plantio... E nem sempre a solução é econômica. As famílias também têm necessidade de vida social, cultural, religiosa. E quem deve discutir, propor e achar as soluções são os próprios atingidos, pois é a vida deles que está em jogo⁸. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, s/d. p.3)

⁸ Esta citação foi extraída do Jornal do MAB, com artigo sob o nome de Plataforma do MAB. Ações prioritárias. Recuperação e desenvolvimento sócio-econômico das comunidades atingidas por barragens, p 3, sem data.

4.2 – O processo de construção da Usina Hidrelétrica de São Salvador

Escolhemos como marco para começar a contar a história da Usina Hidroelétrica de São Salvador o ano de 2001, quando a GDF/SUEZ⁹ obteve a concessão para explorar, por 35 anos, um empreendimento hidrelétrico entre os Municípios de Paranã, São Salvador e Palmeirópolis, sul do Estado do Tocantins, na Região Norte do Brasil. A UHE São Salvador é a 15ª usina do grupo Suez no Brasil, recebeu um investimento de €\$ 307 milhões, a sua construção teve uma duração de 36 meses.

O projeto da UHE São Salvador foi um dos primeiros a ser integrado no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, anunciado pelo governo brasileiro. A empresa responsável pela obra foi beneficiada por um empréstimo concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de €\$206 milhões de Euros, cerca de 67,3% do custo total da obra, além de garantias de compra da energia elétrica produzida

Com o anúncio da construção de mais uma barragem no sul do Estado do Tocantins e já vivenciados os problemas sociais e ambientais da UHE Peixe Angical, a jusante, e da UHE Cana Brava, a montante, a comunidade se mobiliza para garantir um espaço de negociação no qual as famílias e as associações pudessem apresentar suas propostas, seus anseios e, assim, dar os devidos encaminhamentos, experiência semelhante a que vinha funcionando na implementação da UHE Peixe Angical.

Mesmo após a realização de várias reuniões envolvendo o Ministério Público Federal – MPF, o Ministério Público Estadual – MPE, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e da realização de abaixo-assinado solicitando ao IBAMA que criasse um foro de negociação nos moldes do que ocorrera em Peixe Angical, a Companhia Energética São Salvador - CESS, empresa responsável pela construção de São Salvador mantinha forte resistência, recusando-se a dialogar.

No dia 27 de janeiro de 2007, na câmara de vereadores de São Salvador, com presença expressiva das famílias atingidas organizadas no MAB e também de representantes do MPF,

⁹ A GDF SUEZ é uma empresa sediada na França que atua no ramo de geração e distribuição de energia elétrica e gás natural. Foi formada em 2008, a partir da fusão da Gaz de France – produtora e distribuidora francesa de gás natural – e da Suez – empresa também francesa que atuava na distribuição de água, energia elétrica e gás natural. No Brasil, a GDF SUEZ é controladora da Tractebel e atualmente é líder majoritária no consórcio para construção da UHE Jirau, no rio Madeira, em Rondônia.

do MPE, do IBAMA e da Companhia Energética São Salvador – CESS¹⁰, criou-se o Foro de Negociação da Usina Hidroelétrica São Salvador.

Art. 1º Fica constituído o Foro de Negociação para discutir e encaminhar, em caráter extrajudicial, as propostas de tratamentos e medidas mitigadoras contidas nos Programas do Projeto Básico Ambiental – PBA da Usina Hidrelétrica São Salvador associados ao Remanejamento da População Atingida, ao Programa de Apoio aos Municípios da Área Diretamente Atingida, bem como questões não previstas, sendo que as decisões unânimes passam a ser obrigações dos partícipes.¹¹

Após a criação do Foro de Negociação houve varias reuniões para apresentar, discutir e dar os encaminhamentos necessários às propostas apresentada pelos representadas das famílias, sendo que em determinado momento não se conseguia avançar no processo de negociação, construir os consensos em relação às propostas apresentadas.

Mesmo tendo um espaço de dialogo importante com a presença de órgãos governamentais, a falta de critérios claros dificultava o dialogo e o encaminhamento de propostas, sendo que o principal entrave deu-se em torno da data a ser considerada o marco para definir quais famílias tinham direito a alguma forma de reparação. Nesse impasse, as famílias apresentavam como proposta de data do inicio das obras, março de 2006. A empresa por sua vez insistia que o parâmetro deveria ser o cadastro econômico realizado em fevereiro de 2003. Não havendo consenso entre as partes, as famílias decidiram que deveriam se mobilizar mais se quisessem garantir seus direitos. Assim, em 10 de Setembro de 2007, inicia-se um acampamento em frente ao canteiro de obras, com mais de 500 famílias atingidas, interrompendo o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras ao canteiro de obras.

A partir do inicio do acampamento e da paralisação das obras, o conflito se acirrou. As famílias vivenciaram dias, semanas tensas com a presença da tropa de choque da Polícia Militar de Tocantins que foi chamada para liberar o acesso à obra. Após vários acontecimentos conflituosos no período do acampamento e da presença de pessoas obstruindo o acesso a obras, foi convocada uma reunião do Foro de Negociação em Palmas com objetivo de resolver o impasse entre as famílias e a empresa.

A sétima reunião do Foro de Negociações da UHE São Salvador foi realizada no dia 29 de outubro de 2007, no Auditório do Ministério Público Federal, no Estado do Tocantins, em Palmas. Tinha como objetivo principal o debate em torno da data limite para definir as famílias que teriam direito ao reassentamento ou a carta de credito. Novamente não havendo

¹⁰ A CESS é a empresa responsável pela construção da UHE São Salvador, normalmente é dado um nome ao grupo empreendedor da obra.

¹¹ Artigo do regimento interno do foro de negociação da UHE – São Salvador.

acordo entre as famílias e a CESS, o IBAMA, órgão responsável pelo licenciamento, fez o seguinte encaminhamento:

Após discussão sobre a proposta da CESS, considerando que não houve acordo entre os membros do Colegiado sobre a questão em pauta, Telda expôs que a Diretoria de Licenciamento e a Coordenação de Licenciamento de Energia Hidrelétrica e Transposições haviam se reunido e chegaram a um consenso e, na condição de representante do órgão Coordenador, determinou: tendo em vista o atraso do início das obras em relação à emissão da Licença de Instalação, a CESS deverá incluir no Plano de Remanejamento as famílias que tenham estabelecido vínculo efetivo com a terra até 01 de julho de 2005, data da Licença de Instalação. E que essa posição do IBAMA será oficializada para a CESS.¹²

Nessa reunião também foram definidos critérios como:

1. Estar morando na área alagada até 01 de julho de 2005;
2. Ter vínculo com a terra e ser essa sua principal fonte de renda.

As famílias que contemplassem esses critérios e fossem proprietárias, teriam direito ao reassentamento em área de 80 hectares mais diversos benefícios, ou uma carta de crédito no valor de R\$ 74 mil mais indenização das benfeitorias. As famílias ocupantes, arrendatários, meeiros e filhos casados que se enquadrassem nos critérios acima tinham os direitos a um reassentamento de 27,3 hectares com todos os benefícios ou uma carta de crédito de R\$ 74 mil. A fim de avaliar quais famílias se enquadravam nos critérios acima, foi criado dentro do Foro de Negociação um Grupo de Trabalho – GT, composto por integrantes dos órgãos e entidades do colegiado do Foro, que deveria estudar o caso de cada família, incluindo levantamento de documentação, visitas *in loco* e entrevistas individuais.

Após esses encaminhamentos foi acordada a desmobilização do acampamento que durou 51 dias. E a relação empresa e famílias atingidas seguiu em ritmo da análise dos casos e compra das áreas para implementação dos reassentamentos.

¹² Texto extraído da ata da 7ª reunião do Foro de Negociação realizada no dia no dia 29 de outubro de 2007, realizada no auditório do Ministério Público Federal no Estado do Tocantins, em Palmas referente ao posicionamento do IBAMA.

- **V IMPRESSÕES DE QUEM ACOMPANHOU E VIVENCIOU O PROCESSO**

-

Com a definição dos critérios e a análise dos casos das famílias que seriam beneficiárias do programa de reassentamento pelo grupo de trabalho, acredita-se que essa tenha se configurado como uma das melhores experiências já realizadas no Setor Elétrico brasileiros, uma vez que para definir quem teria direito à reparação, bem como os critérios utilizados para tal definição, houve participação de representantes das famílias, do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual e da Companhia Energética São Salvador – CESS, sob a coordenação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Após várias reuniões, levantamento de documentos (provas), entrevistas com as famílias e testemunhas, o Grupo de Trabalho chegou a um número de 140 famílias que teriam direitos ao reassentamento ou carta de crédito. Definiu-se ainda que as famílias que não se enquadrassem nos critérios definidos, mas tivessem realizado no mínimo três safras consecutivas, teriam direito a uma gleba de 2 alqueires ou uma carta de crédito no valor de R\$27 mil, além de indenização de benfeitorias existentes e ainda as famílias que não se enquadravam nos critérios foi realizada uma indenização a cada um dependendo das benfeitorias existentes em sua propriedade.

Tendo como referência a experiência de quem acompanhou o processo de construção da UHE São Salvador, pode-se afirmar que a relação de negociações constantes com a CESS exigiu das famílias e das organizações habilidades que até então não se caracterizavam como as relações do lugar. Foi necessário aprender a negociar, a apresentar propostas, a ter clareza do que se desejava para o futuro.

Considera-se que a história dos atingidos por barragem no Brasil tem sido marcada pela resistência na terra, luta pela natureza preservada e pela construção de um projeto popular para o país que contemple uma nova política energética, justa, participativa e democrática, que atenda os anseios das populações atingidas, de forma que estas tenham participação nas decisões sobre o processo de construção de barragem, seu destino e do meio ambiente.

Não se pode negar que a energia é um dos elementos fundamentais que move a humanidade. Seria difícil em pleno século XXI, imaginar a civilização sem energia. Tornamo-nos tão dependentes que se parmos para refletir, perceberá que custa-nos ficar sem um

banho quente, sem a iluminação das casas, sem um veículo para circular, sem um ventilador ou ar condicionado para amenizar o calor ou ainda um aquecedor para abrandar o frio, sem um computador para elaborar documentos e sem utensílios que o homem moderno considera essenciais, reforçado pela lógica do consumismo.

Sob essa ótica é que as discussões sobre os aspectos negativos da construção das barragens se configuram no Brasil. Tais discussões se apresentam em um momento muito particular, quando o déficit energético tende a aumentar cada vez mais. Esse quadro reflete o modelo de geração de energia elétrica adotado, no qual prevalece o baixo investimento em alternativas renováveis como, por exemplo, termelétricas a gás natural.

Os custos sociais e econômicos acabam, como afirmado anteriormente, sendo altos demais para as famílias, implicando em sérios impactos que leva ao questionamento sobre a justificativa desse tipo de empreendimento.

Após as conceituações e considerações expressas no desenvolvimento do trabalho, pode-se fazer o seguinte questionamento: a construção de hidrelétricas, necessariamente, implica em perdas para os atingidos? A resposta mais consistente é que as indenizações, reassentamentos e demais formas de compensações apenas remediam um fato consumado, os custos sociais e ambientais são irreversíveis; as populações sofrem um processo de deslocamento e reassentamento involuntários, na maioria das vezes, são pegas de surpresa e quando tomam conhecimento dos fatos reais, a usina já foi instalada e já se iniciou o processo de enchimento do reservatório.

Uma característica que a construção de hidrelétricas gera e, no caso em análise isso foi considerável, é a união de vários segmentos em torno de uma mesma discussão. Os reassentados na busca da garantia pelos seus direitos fizeram com que sentassem na mesma mesa de discussão poderes públicos estaduais, municipais e federais, instituições de ensino pública e privada e demais atores parceiros.

Fica claro que o sucesso dos reassentamentos estará diretamente ligado a capacidade de cada comunidade fortalecer suas relações sociais de cooperação e solidariedade, identificando e potencializando suas forças produtivas, com isso terão a possibilidade de melhoria crescente das condições de vida e de trabalho. Vê-se que o próprio sujeito reassentado vai se fazendo e refazendo na lida cotidiana com exigências das novas relações que se travam, diferentes das experimentadas até então, necessitando, portanto, serem evidenciados por investigações científicas futuras.

• VI REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMANN, Célio. **Energia no Brasil: para quê? Para quem?** Crise e alternativas para um país sustentável. São Paulo, Livraria da Física: Fase, 2001.

BERGAMASCO, Sônia M. & NORDER, Luís A . Cabello. **O que são assentamentos rurais?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRANCO Samuel Murgel. **Energia e meio ambiente.** 2ª ed. Coleção Polêmica. São Paulo: Editora Moderna, 1991.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS – CMB. **Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Relatório Final da Fase de Escopo.** Secretariado da Comissão Mundial de Barragens. Vlaeberg, South Africa, Agosto de 1999.

FERREIRA, Luzia Amélia. **A geração de energia elétrica e os impactos sócioambientais causados às populações rurais: a construção da usina hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães,** monografia de conclusão de curso, mimeo, 2003.

Produções do Movimento dos Atingidos por Barragens

A crise do modelo energético. Construir um outro modelo é possível. Caderno nº 6.2002.

Dossiê 14 de março. Ações do dia internacional de luta dos Atingidos por Barragens. Porto Nacional, 2001.

História do MAB. Relatório de Atividades do MAB de 2001. Secretaria regional do Tocantins. Palmas:2001.

Informativo: águas sem Barragens. Sem data.

Movimento dos Atingidos por Barragens, uma história de organização e luta. Primeiros passos na época da ditadura. Produção interna do Movimento dos Atingidos por Barragens. Sem data.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Plataforma do MAB:** ações prioritárias – Recuperação e desenvolvimento sócio-econômico das comunidades atingidas por barragens. Jornal do MAB, Brasília, sem data.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Terra Sim, Barragens Não.** Relatório do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, 1989.

Relatório de Atividades de março de 1999 a março de 2000. Porto Nacional, 2001.

Terra sim, barragens não. Relatório do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, outubro de 1989.

Pesquisa na internet

<http://www.anpocs.org.br> acesso em 20/11/2009

<http://www.mabnacional.org.br> acesso em 02/12/2009

<http://www.fcarajás.org.br> acesso em 02/12/2009

<http://www.sociambiental.org.br> acesso em 02/12/2009

<http://www.aneel.gov.br> acesso em 28/11/2009

<http://www.ana.gov.br> acesso em 28/11/2009

<http://www.engenheiros.com.br>, Textos A quem beneficia a privatização do setor elétrico? e O setor elétrico brasileiro, novos desafios, novas oportunidades, acesso em 08/12/2009

<http://www.brasilsustentavel.fase.org.br> acesso em 08/11/2009.

<http://www.riosvivos.org.br> acesso em 02/12/2009

<http://www.criseenergetica.com.br> acesso em 02/11/2009